

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2024-PMA
Processo nº 1928/2024-PMA

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE AUTAZES/AM**, através da Agente de Contratação, auxiliada pela equipe de apoio, conforme designação da Portaria nº 003-A/20924, de 06 de janeiro de 2024, no uso de suas atribuições, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, com critério de julgamento **MENOR PREGO GLOBAL**, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21, Decreto Municipal nº 002/2024, de 06 de janeiro de 2024, Lei Complementar nº 123/06 com a redação dada pela Lei Complementar nº 147/2014 e pelas demais normas e condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

O Edital ficará disponível aos interessados no site www.licitanet.com.br, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), poderá ser solicitado pelo e-mail: cglpmautazes@gmail.com ou poderá ser retirado no setor de Licitações, situado na Francisco Barroncas nº 462 – Bairro Santa Luzia, Autazes/AM, no horário de 08h00min as 12h00min.

MODALIDADE:	Pregão Eletrônico
CRITERIO DE JULGAMENTO:	Menor preço global
MODO DA DISPUTA	ABERTO/FECHADO
LIMITE DE ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS:	29/07/2024 as 09h59min (Horário de Brasília)
DATA E HORARIO DA SESSÃO:	29/07/2024 as 10h00min (Horário de Brasília)
SITE PARA A REALIZAÇÃO DA LICITAÇÃO:	www.licitanet.com.br
AGENTE DE CONTRATAÇÃO	Kelle Diane Pinheiro da Silva Passos
AMPARO LEGAL:	Lei Federal nº 14.133/21, Decreto Municipal nº 002/2024, Lei Complementar nº 123/06 e suas alterações.

1. OBJETO

1.1 Constitui objeto da presente licitação a contratação de empresa para prestação de serviços técnicos especializados de planejamento, elaboração, impressão, aplicação e correção de provas para realização de concurso público para os cargos do quadro de pessoal da Prefeitura de Autazes, de provimento efetivo, conforme o Termo de Referência em apenso (Anexo I):

1.2. A Contratada ficará responsável pela execução dos serviços de planejamento, elaboração, impressão, aplicação, fiscalização e correção de provas para realização de Concurso Público para os diversos cargos do quadro de pessoal da Prefeitura de Autazes, de provimento efetivo e ; gerenciamento; planejamento; todas as publicações legais e necessárias; compilação de toda a matéria e legislação aplicável no concurso; análise e realização de impugnações a recursos caso houver, na esfera administrativa divulgação e realização do concurso público em todas as suas fases para os cargos constantes no Termo de Referência, na forma descrita no item 11 e 12 3 e seus subitens do presente edital.

1.3. Para o cargo de provimento efetivo elencado no presente processo será realizada prova objetiva para todos os cargos de nível fundamental, médio, técnico e superior.

1.3.1. Para o cargo de provimento efetivo e elencado no presente processo será realizada prova objetiva e prova de títulos, esta exclusiva para os cargos de professor.

1.4. Deverá a empresa na elaboração do edital, observar ainda as vagas destinadas a pessoas com deficiência.

1.5. O Município disponibilizará o local para a elaboração das provas. Havendo necessidade de utilização de maquinários de propriedade do município o mesmo disponibilizará sem custos.

1.6. O critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO GLOBAL**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto, devendo o licitante oferecer proposta para os itens que compõem o termo de referência.

1.7. A presente licitação será realizada na modalidade de pregão eletrônico, de acordo com o arrematado pelo art. 6º, inciso XLI, da Lei n.º 14.133/2021, considerando a oportunidade de maior concorrência e competitividade aos interessados, a fim de oportunizar, igualmente, maior vantajosidade e economicidade ao ente público ordenador na escala de preços a serem ofertados.

1.8. O critério de julgamento adotado será o menor preço, nos termos do art. 6º, inciso XLI, da Lei n.º 14.133/2021, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto as especificações técnicas do objeto.

1.9. A sessão do pregão eletrônico será realizada no seguinte endereço: www.licitanet.com.br, no dia e horário descritos no preâmbulo deste edital, podendo as propostas e os documentos serem enviados até as 10h deste mesmo dia, sendo que todas as referências de tempo observam o horário de Brasília.

2. DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:

2.1. As despesas decorrentes com o objeto desta licitação é Dotação orçamentária: 02.002.04.122.0001.2004 – Manutenção da Secretaria de Administração. Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica e Fonte de Recurso: 500 – Recurso Próprio.

2.2. O valor estimado para contratação é de R\$ 500.938,00 (Quinhentos mil novecentos e trinta e oito reais), conforme Termo de Referência.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO:

3.1. Poderão participar desta licitação, toda e qualquer empresa individual ou sociedade, regularmente estabelecida no País, que seja credenciada como empresa do ramo pertinente e compatível ao objeto desta licitação e que satisfaça todas as exigências, especificações e normas contidas neste edital e seus anexos.

3.2. A licitante deverá estar regularmente cadastrada junto ao LICITANET — Licitações Online no sítio: www.licitanet.com.br.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

3.7. Não poderão disputar esta licitação:

3.7.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.7.2. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.7.3. Aquele que mantenha vínculo com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.7.4. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.7.5. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.7.6. Agente público do órgão ou entidade licitante;

3.7.7. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

3.7.8. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.7.9. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.8. O impedimento de que trata o item 3.7.2 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133 de 2021.

4.5.1. o item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a não declaração ao sistema eletrônico no campo do sistema que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.5.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte a não declaração ao sistema eletrônico no campo do sistema

que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.3 e 4.5 sujeitará o licitante as sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras.

4.10.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.10.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.11.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor prego; e

4.11.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA:

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico (<https://www.licitanet.com.br/>), dos seguintes campos:

5.1.1. **Valor total com até 02 (duas) casas decimais;**

5.1.2. Marca e Modelo; (SE FOR O CASO);

5.1.2.1. Em se tratando de produtos de fabricação da empresa, os campos marca e modelo deverão ser preenchidos sem identificar o titular da proposta; (Exemplo: a palavra “marca própria”).

5.1.2.2. Em caso de identificação do titular da proposta registrada, esta será DESCLASSIFICADA pelo(a) Agente de Contratação (a).

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.2.1. O licitante [NÃO] poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao previsto para contratação.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES:

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.

6.4. Classificadas as propostas e iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor global.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação a proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 100,00 (cem reais)**.

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado, ou seja, no modo **aberto e fechado**.

6.11. No modo de disputa **“aberto fechado”**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.12. No modo de disputa **“aberto e fechado”**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores aquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. No modo de disputa **“fechado e aberto”**, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor prego/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores aquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

6.14. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 6.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

6.14.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.14.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.14.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.14.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Agente de contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.14.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.15. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.16. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.17. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante. A plataforma não identificará o autor dos lances aos demais participantes e nem ao (a) Agente de Contratação (a) e Equipe de Apoio.

6.18. No caso de desconexão com o Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.19. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a **dez minutos**, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.20. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.21. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.21.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.21.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.21.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 10% (dez por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.21.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.22. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

6.22.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no Art. 60 da Lei nº 14.133/2021, nesta ordem:

I. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo a classificação;

II. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

III. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

IV. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.22.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

I. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

II. empresas brasileiras;

III. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

IV. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.23.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do prego máximo definido pela Administração.

6.23.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.23.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.23.4. O Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo mínimo de 2 (duas) horas, envie a proposta de preços adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, a licitante deverá apresentar juntamente com sua proposta de preço a declaração de elaboração independente da proposta de preço, conforme Anexo IX do Edital, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários a confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.23.5. E facultado ao Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.24. A proposta final deverá ser apresentada de acordo com o modelo do Anexo 7.

6.24.1. Quando for o caso o licitante poderá assinar a proposta final que é disponibilizada no sistema (ASSINAR P. FINAL).

6.24.2. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.25. Após a negociação do preço, o Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO:

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o Agente de contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende as condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.7 do edital, especialmente quanto a existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS)**, do Portal da Transparência (<https://portaldatransparencia.gov.br/ceis>);

7.1.2. **Cadastro Nacional de Empresas Punidas — CNEP**, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/cnep>);

7.1.2. **Sistema de Cadastro Único de Fornecedores – SICAF**, integrado ao SIAGE (<https://www3.comprasnet.gov.br/sicafweb/public/pages/consultas/consultarRestricaoContratarAdministracaoPublica.jsf>);

7.1.3. **Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, do CNJ** – Conselho Nacional de Justiça (https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual. desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido as ME/EPPs, o Agente de Contratação/Comissão verificará se faz jus ao benefício.

7.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.6. será desclassificada a proposta vencedora que:

7.6.1. conter vícios insanáveis;

7.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Projeto Básico/Termo de Referência;

7.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.6.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.7.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

7.7.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.7.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.8. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.9. A licitante vencedora da etapa de lances deverá apresentar juntamente com sua proposta de preço a declaração de elaboração independente da proposta de preço, conforme Anexo IX do Edital.

7.10. Erros no preenchimento da proposta de preço não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A proposta poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.10.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substancia das propostas;

7.10.2. Considera-se erro no preenchimento da proposta passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.12. Durante o julgamento das propostas o Agente de Contratação/Comissão poderá realizar diligências, solicitar documentos complementares com vistas sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

7.13. Após o julgamento das propostas o Agente de Contratação/Comissão irá conceder o prazo mínimo de mínimo de 10 (dez) minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual (is) decisão (ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema;

7.14. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021 e o Art. 40 da Instrução Normativa nº 73/2022.

7.15. O Agente de Contratação poderá, no julgamento das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substancia das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de classificação, observado o disposto nas legislações vigentes.

7.16. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligência, com vistas ao saneamento de que trata o item 7.12, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência e a ocorrência será registrada em ata.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos. para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1 HABILITAÇÃO JURÍDICA

8.1.1. Registro Comercial e suas alterações, quando existirem, em se tratando de empresa individual ou, Ato Constitutivo, Estatuto, Contrato Social e suas alterações (ou último consolidado), quando existirem, em vigor, devidamente registrados, em se tratando de Sociedades Comerciais e, no caso de Sociedades por ações, acompanhados de documentos de eleição de seus administradores ou Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

8.2 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

8.2.1. As licitantes deverão apresentar 01 (um) ou mais **Atestados de Capacidade Técnica**, que cumpram os seguintes requisitos:

a) O(s) Atestado(s) deverá(ao) ser fornecido(s) por pessoa de direito público ou privado, em papel timbrado do emitente, comprovando anterior o fornecimento de bens ou prestação de serviços compatíveis ao objeto deste Edital e seus anexos. Quando o(s) atestado(s) for(em) emitido(s) por pessoa jurídica de direito privado, o mesmo deverá ter **firma reconhecida em cartório**;

b) O(s) Atestado(s) deverá(ao) comprovar a aptidão para o desempenho de atividades pertinentes e compatíveis em **características, prazo e quantidade** com o objeto da licitação;

c) Com a finalidade de tornar objetivo o julgamento da documentação de qualificação técnica, considera(m)-se compatível(eis) o(s) atestado(s) que expressamente certifique(m) que o licitante já executou pelo menos 10% das quantidades descritas na proposta de preços apresentada nesta licitação

8.3 REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL e TRABALHISTA

8.3.1. Inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

8.3.2. Inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e/ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto da licitação;

8.3.3. **Prova de regularidade para com a Fazenda Federal**, através de Certidão Conjunta Negativa ou Positiva com Efeito de Negativa, relativa aos tributos e contribuições federais e da Dívida Ativa da União, inclusive de contribuições previdenciárias;

8.3.4. **Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS**, conforme dispõe o artigo 27, alínea “a”, da Lei n. 8.036, de 11/05/90, e as alterações trazidas pela Lei n. 9.467, de 10/07/97;

8.3.5. **Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual** do domicílio ou Sede da Licitante;

8.3.6. **Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal** do domicílio ou Sede da Licitante;

8.3.7. **Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.4. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA - FINANCEIRA

8.4.1. **Cópia do Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis** da licitante, do último exercício social. Deverá comprovar que o Balanço Patrimonial está arquivado na Junta Comercial da Sede ou Domicílio da Licitante, conforme art. 289, § 5º, da Lei nº 6.404/76. Será verificada ainda a boa situação de liquidez das empresas, através da seguinte fórmula financeira:

$$ILG = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{ATIVO NÃO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{PASSIVO NÃO CIRCULANTE}}$$

8.4.1.1. Somente serão habilitadas as licitantes que apresentarem índice de liquidez geral igual ou maior que 1,0 (um vírgula zero), ou possuir capital mínimo ou patrimônio líquido igual a 10% (dez por cento) do valor da sua proposta de preço, devendo essa comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta na forma da Lei, admitida a sua atualização para esta data, através de índices oficiais, assinado também por contador registrado no Conselho Regional de Contabilidade - CRC;

8.4.2. No caso de empresa constituída no mesmo exercício financeiro, a exigência do subitem 8.4.1. será atendida mediante apresentação do Balanço de Abertura arquivado na Junta Comercial da Sede ou Domicílio da Licitante, conforme art. 289, § 5º, da Lei nº 6.404/76;

8.4.3. **Certidão Negativa de Falência e Recuperação Judicial**, expedida pela Central de Certidões do Tribunal de Justiça ou órgão equivalente, do domicílio da licitante.

8.5. Os documentos de habilitação referidos no item anterior somente serão exigidos do licitante vencedor, de acordo com inciso II do art. 63 da Lei 14.133/21.

8.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

8.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.9 O licitante deverá apresentar as declarações dos Anexo III, IV, V, VI e VII do Edital.

8.10. A verificação pelo Agente de Contratação/Comissão o, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.11. Os documentos exigidos para habilitação nos **itens 8.1 a 8.4 do Edital**, serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **NO MÍNIMO, DUAS HORAS**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Agente de Contratação.

8.12. As declarações exigidas para habilitação na lei 14.133/2021 (artigos 63, I, IV, §1º e 68, VI) serão geradas pelo Agente de Contratação no próprio sistema Licitanet e anexadas ao processo licitatório.

8.13. O objeto social descrito no ato constitutivo devesse possuir ramo de atividade compatível ao objeto licitado.

8.14. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação a integridade do documento digital.

8.15. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.16. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.16.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes a Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, por constar no próprio documento que é válido para matriz e filiais, bem assim quanto ao Certificado de Regularidade do FGTS, quando o licitante tenha o recolhimento dos encargos centralizado, devendo, desta forma, apresentar o documento comprobatório de autorização para a centralização.

8.17. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21. art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

8.17.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes a época da abertura do certame; e

8.17.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.18. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.19. Na hipótese de o licitante não atender as exigências para habilitação, o(a) Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.11.

8.20. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.21. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

8.22. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

8.23. Qualquer informação incompleta ou inverídica constante dos documentos apresentados apurada pelo(a) Agente de Contratação/Comissão, mediante simples conferência ou diligência, implicará na inabilitação da respectiva licitante e envio dos

documentos para o Ministério Público do Estado do Amazonas, para apuração, se possível, de prática delituosa, conforme art. 155 e seguintes da Lei Federal 14.133/21.

8.24. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

8.25. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

8.26. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

8.27. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o(a) Agente de Contratação/Comissão suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade dela.

8.28. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresenta-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

8.29. As Certidões que não possuem prazo de validade, somente serão aceitas com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias consecutivos de antecedência da data de abertura da sessão deste Pregão.

8.30. Após a conferência e consulta “ON-LINE” do HABILITANET, e se os documentos comprobatórios de habilitação estiverem de acordo com o solicitado, será declarado o (s) licitante (s) vencedor (es) do (s) item (ns) / lote (s) e aberto o prazo para manifestação de intenção de interposição de recurso. Sendo que nesse momento ficará franqueada a todos os licitantes a consulta dos documentos cadastrados no HABILITANET do (s) licitante (s) vencedor (es) do(s) item(ns).

8.31. O Agente de Contratação/Comissão poderá, no julgamento da habilitação sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação, observado o disposto nas legislações vigentes.

8.32. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligência, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência e a ocorrência será registrada em ata.

9. DA GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

9.1. Será exigida a garantia de 5% (cinco por cento) do valor da contratação nos termos dos art.96, §1º e 98 da Lei 14.133/2021.

10. DOS RECURSOS:

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021 e Decreto Municipal nº 002/2024, de 06 de janeiro de 2024.

10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1 a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

10.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico: www.licitanet.com.br.

11. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

11.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

11.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

11.3. 18.2. A impugnação deverá ser realizada unicamente por forma eletrônica através do site www.licitanet.com.br.

11.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

11.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

11.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:

12.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

12.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve a anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço mais bem classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”).

13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO:

13.1. O objeto da licitação será adjudicado e homologado ao licitante declarado vencedor, por ato da Autoridade Competente.

14. DO CONTRATO OU DOCUMENTO EQUIVALENTE:

14.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido documento equivalente.

14.2. Os adjudicatários terão o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital;

14.3. No caso de ser indicado signatário sem os devidos poderes para responder e contrair obrigações pela CONTRATADA, serão aplicadas as penalidades previstas neste contrato e na lei.

14.4. O Aceite da Nota de empenho ou do instrumento equivalente, emitida a empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

I. Referida nota está substituindo o contrato, aplicando-se a relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133/2021.

II. A contratada se vincula à sua proposta e as previsões contidas no edital e seus anexos;

III. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137, 138 e 139 da Lei Nº 14.133/2021 e reconhece os direitos da administração previstos nos artigos 104 da mesma Lei.

14.5. O prazo de vigência da contratação e a possibilidade de sua prorrogação é conforme previsão no instrumento contratual ou no termo de referência.

14.6. Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

14.7. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato, a administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato.

15. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

15.1. A Contratada deverá cumprir todas as fases do concurso público, sem qualquer custo adicional, devendo atender as obrigações mínimas a seguir elencadas, incluindo todos os procedimentos administrativos necessários e exigidos pelo Tribunal de Contas.

15.1.1. Elaboração de Edital de Inscrições, abrangendo: a) elaboração e montagem da minuta do edital para apresentação ao Município de Autazes e retificações se forem necessárias. b) recebimento das inscrições, compreendendo: 1- Assessoramento de especialistas, para orientações técnicas e jurídicas; 2- Análise de todas as inscrições efetivadas, objetivando suas homologações; 3- Conferência de todas as inscrições para fins de homologação ou não das mesmas; 4- Emissão de relatório de candidatos em ordem alfabética, contendo cargo e número de inscrição e as inscrições indeferidas, mediante fundamentação; 5- Elaboração dos Editais de divulgação/homologação das inscrições. c) especificação de disciplinas, bem como média para aprovação. d) elaboração e definição do conteúdo programático. e) regulamentação da forma de nomeação, processo de desidentificação e identificação de provas, recursos e demais dados necessários. f) seleção e convocação da banca examinadora. g) preparação de todo o material de apoio para a Comissão Coordenadora do Concurso.

15.2. Aplicação de provas objetivas, compreendendo: a) elaboração de questões, em conformidade com o nível de escolaridade do cargo, bem como com as atribuições, dispondo de profissionais especializados, devidamente habilitados, com responsabilidade técnica e registro no respectivo órgão de classe; b) análise técnica das questões, com revisão de português; c) digitação e edição; d) impressão dos cadernos de questões; e) manutenção do sigilo das questões e da segurança da prova; f) verificação dos locais disponibilizados pela Prefeitura Municipal para aplicação das provas e definição das datas em conjunto com a Comissão do Concurso; g) distribuição dos candidatos no local das provas; h) emissão da relação geral dos candidatos em ordem alfabética, por cargo, contendo o local de realização das provas; i) mapeamento e identificação das salas para a realização das provas; j) elaboração dos materiais de apoio para a realização das provas, tais como etiquetas para envelopamento dos cartões de respostas, listas de presença, etiquetas para envelopamento de questões, cartões de respostas e relatórios; k) acondicionamento e transporte dos cadernos e grades ao local

das provas, com o devido lacre garantidor de sigilo e segurança; l) aplicação efetiva das provas, com a presença de equipe de coordenação proporcional ao número de candidatos; m) elaboração de atas e listas de presença; n) divulgação do gabarito oficial, no primeiro dia útil, após o término das provas.

15.3. Revisão de questões e recursos, compreendendo: a) promoção da coleta dos recursos encaminhados segundo as regras definidas em edital; b) encaminhamento dos pedidos de revisão à banca examinadora para análise; c) fundamentação das respostas aos pedidos de recursos impetrados, com emissão de parecer individualizado; d) atualização, quando necessário, dos gabaritos oficiais e das notas das provas.

15.4. Análise de títulos para os cargos de professor.

15.5. Processamento da classificação final dos candidatos, compreendendo: a) emissão dos relatórios de notas englobando todas as etapas do concurso público; b) aplicação dos critérios de desempate de notas, de acordo com o previsto no edital de inscrições, realizando, em ato público, SORTEIO de desempate para definição do resultado final; c) elaboração de relatórios de homologação final, contemplando todos os aprovados por ordem e classificação.

15.6. Elaboração de Dossiê contemplando todos os elementos administrativos concernentes ao certame, que servirá de base para a municipalidade, bem como para o Tribunal de Contas, quando da realização de auditoria.

16. DA ESTIMATIVA DE PREÇOS E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

16.1. O valor estimado da contratação é de R\$ 500.938,00 (Quinhentos mil novecentos e trinta e oito reais), conforme termo de referência.

16.2. Os recursos arrecadados a título de inscrições dos candidatos, os quais terão seus custos pagos integralmente pela cobrança de valor de inscrição, não se caracterizam como despesa pública ordinária, sendo classificada como receita extraorçamentária.

17. A DIVULGAÇÃO

17.1. A Contratada se responsabilizará pela divulgação do concurso através de extratos do edital de abertura das inscrições no Diário Oficial do Município, bem como a íntegra do Edital de Concurso no site da Contratada e no site do Município. As demais publicações pertinentes ao Concurso serão publicadas através de extrato em diário oficial do Município, bem como no site da Contratada e do Município.

17.2. Disponibilizará também, todas as informações pertinentes ao concurso em site, em link exclusivo ao concurso, podendo ser disponibilizado link com direcionamento ao site da Prefeitura ou vice-versa.

17.3. Havendo alterações/retificações no edital, deverá ser realizada divulgação da mesma forma que se procedeu a original. É obrigação do candidato acompanhar todos os editais referentes ao andamento do Concurso Público.

18. INSCRIÇÕES

18.1. A Contratada se responsabilizará sem qualquer ônus a contratante pelos trabalhos referentes ao recebimento das inscrições de forma que somente serão aceitas de forma “online”, (via internet) em site próprio, sendo que após ser concluída a inscrição caberá ao candidato(a) imprimir sua ficha de inscrição e o boleto bancário, o qual deverá ser pago, até o dia do encerramento das inscrições.

18.2. A contratada observará os requisitos legais para isenção de pagamento da taxa de inscrição.

18.3. O boleto bancário deverá conter o código de barras.

18.4. Será de responsabilidade da Contratada toda a logística e disponibilização de material para o recebimento das inscrições.

19. PREPARAÇÃO PARA APLICAÇÃO DAS PROVAS

19.1. Para os trabalhos preparatórios de aplicação das provas, a Contratada deverá providenciar:

- a) Vistoria prévia das instalações físicas dos locais onde serão aplicadas as provas;
- b) Seleção e formação da equipe para aplicação das provas, como Coordenadores, Auxiliares, Fiscais de sala e corredor (02 fiscais por sala) e Pessoal de Apoio, (porteiros e serventes);
- c) Confecção das listas de presença e relatórios de alocação;
- d) Elaboração e impressão de roteiros para Coordenador e Fiscal de Sala;
- e) Verificação e preparação dos locais de provas e dos demais materiais necessários para a aplicação das provas;
- f) Treinamento dos Fiscais.

20. DOS DEMAIS PROCEDIMENTOS E ATRIBUIÇÕES DA CONTRATADA

20.1. Confeccionar minuta de Edital de abertura de inscrições, sugerindo o conteúdo específico para cada cargo, e entregar ao Município, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contar da assinatura do contrato.

20.2. O edital do concurso será disponibilizado ao público somente após sua aprovação pelo Município de Autazes/AM.

20.3. Processar a inscrição e o cadastramento dos candidatos, assim como os eventuais recursos e o desempate dos classificados, nos termos do Edital do Concurso.

20.4. Escolher os profissionais para comporem a Banca Examinadora.

20.5. Elaborar as provas objetivas, restringindo-se ao conteúdo referido no Edital.

20.6. Transportar as provas até o local da aplicação, responsabilizando-se pela sua integridade e inviolabilidade.

20.7. Supervisionar a equipe de aplicação das provas no dia marcado para sua realização.

20.8. Efetuar a correção das provas atribuindo os respectivos pontos.

20.9. Examinar os recursos interpostos pelos candidatos quanto ao critério de correção.

20.10. Fornecer listagens das notas obtidas pelos candidatos em todas as fases do concurso, inclusive a classificação final.

20.11. Responsabilizar-se pelo sigilo e segurança indispensáveis à lisura do concurso.

20.12. Aplicar a prova de títulos para os cargos de professor.

20.13. As provas deverão ser realizadas na cidade de Autazes/AM.

20.14. As despesas com deslocamento e alimentação de pessoal para realização do serviço correrão por conta da CONTRATADA.

20.15. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação.

21. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

21.1 – Os recursos arrecadados a título de inscrições dos candidatos, os quais terão seus custos pagos integralmente pela cobrança de valor de inscrição não se caracterizam como despesa pública ordinária, sendo classificada como receita

extraorçamentária, uma vez que os valores depositados em conta específica deverão ficar bloqueados e disponibilizados para repasse a Contratada. O pagamento pelos serviços efetivamente prestados será realizado em 04 (quatro) parcelas, de acordo com as etapas realizadas do concurso público, após a entrega de relatório de realização da etapa e fatura/nota fiscal, devidamente atestada pela Comissão do Concurso, e obedecerá ao seguinte cronograma de desembolso:

ETAPAS DE EXECUÇÃO DO OBJETO	% DO VALOR GLOBAL CONTRATADO
Dez dias após o encerramento do período de inscrições com a apresentação do Relatório Final de sua realização	25%
Dez dias após a disponibilização aos candidatos dos Resultados das Provas Objetivas	25%
Dez dias após a disponibilização aos Candidatos do Resultado Final e Publicação do Ato de Homologação.	25%
Dez dias após elaboração e entrega de Relatório Final dos Trabalhos, abordando todas as questões relacionadas com o concurso público, desde o seu planejamento até a divulgação dos resultados finais	25%

21.2. O recolhimento dos valores recebidos a título de taxa de inscrição deve ser feito na conta da empresa organizadora contratada;

21.3. Os valores recolhidos a título de taxa de inscrição pertencerão à CONTRATANTE.

21.4. A CONTRATADA deverá apresentar nota fiscal/fatura de serviços, em 02 (duas) vias, emitidas e entregues ao setor responsável pela fiscalização do contrato, para fins de liquidação e pagamento, bem como os seguintes documentos:

21.4.1. Certidões ou certificados de regularidade junto à Seguridade Social (CND), ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF) e às Fazendas Federal, Estadual e Municipal de seu domicílio ou sede;

21.4.2. Declaração de optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições - SIMPLES, se for o caso;

21.5. O pagamento será efetuado pelo CONTRATANTE após a protocolização da nota fiscal/fatura e dos respectivos documentos comprobatórios, mediante ordem bancária creditada em conta corrente da CONTRATADA, sendo retido e recolhido todos os impostos.

21.6. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA na pendência de qualquer uma das situações abaixo especificadas, sem que isso gere direito a alteração de preços ou compensação financeira:

21.6.1. Apresentação da comprovação discriminada neste Edital.

21.7. O CONTRATANTE pode deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA, nos termos deste contrato.

21.8. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N - Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga;

I = Índice de atualização financeira = 0,0001644, assim apurado:

$I = (TX/100) \times I = (6/100) \times I = 0,0001644$

365 365

TX= Percentual da taxa anual = 6% 25.23

21.9. A Prefeitura de Autazes reverterá 1,5% (um virgula cinco por cento) do valor total do pagamento, realizado pelo Município de Autazes, relativo à aquisição de bens, à prestação de serviços de qualquer natureza, locação e ocupação de imóveis pessoa física e jurídica ou à realização de obras, salvo algumas exceções de não incidência, vide artigo 5º e incisos da Lei, ao PROMAPEN (Programa Municipal de Apoio aos Pequenos Negócios – PROMAPEN, denominado Banco Autazes Empreendedor), em consonância ao art. 4º, I, da Lei nº 259/2023, de 04 de Outubro de 2023.

22. DAS ALTERAÇÕES E DO REEQUILIBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO DO CONTRATO

22.1. O contrato a ser firmado com o licitante vencedor poderá ser alterado por aditamento, no que couber, nos casos previstos nos art. 124, incisos I e II, e suas alíneas e parágrafos da Lei Federal nº. 14.133/21.

22.2. Caso haja alteração unilateral do contrato que aumente ou diminua os encargos, o CONTRATANTE deverá por aditamento, restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

22.3. Nas alterações unilaterais pela Administração, o CONTRATADO será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizer no serviço.

23. DO REAJUSTAMENTO

23.1. A presente contratação não sofrerá quaisquer reajustes.

24. DAS PENALIDADES

24.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

24.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

24.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

24.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

24.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

24.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

24.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

24.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato no prazo estabelecido pela Administração;

24.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

24.1.5. fraudar a licitação

24.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

24.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

24.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

24.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

24.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

24.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

24.2.1. advertência;

24.2.2. multa;

24.2.3. impedimento de licitar e contratar e

24.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

24.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

24.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

24.3.2. as peculiaridades do caso concreto

24.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

24.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

24.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

24.3. O atraso injustificado na execução dos serviços sujeitará ao infrator o pagamento de multa de 1,0% ao dia de atraso sobre o valor total da parcela inadimplida, sem prejuízo da aplicação das demais sanções e penalidades previstas na Lei Federal nº 14.133/21.

24.4. A inexecução total do objeto da licitação, sujeitará ao infrator ao pagamento de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da proposta, sem prejuízo das demais sanções e penalidades previstas na Lei Federal nº 14.133/21. Considera-se inexecução total da obrigação a não execução ou inicialização dos serviços decorridos o prazo de 10 (dez) dias da assinatura do termo de contrato.

24.5. A Administração, para garantir o fiel cumprimento das multas, reserva-se o direito de reter o valor contra qualquer crédito gerado pela Contratada, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial.

24.6. As penalidades previstas neste Edital serão aplicadas sem prejuízo das cominações estabelecidas na Lei Federal Nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

24.7. As multas deverão ser recolhidas dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da correspondente notificação, ou descontada do pagamento, ou ainda, quando for o caso, cobradas judicialmente.

24.8. As multas são independentes e a aplicação de uma não exclui uma das outras.

25. DA RESCISÃO CONTRATUAL

25.1. Constituirão motivos para a rescisão do contrato, independente da conclusão do seu prazo, além das já citadas:

- a) razões de interesse público;
- b) alteração social ou modificação da finalidade ou estrutura da empresa contratada que venha a prejudicar a execução do contrato;
- c) mudanças na legislação em vigor sobre licitações, impossibilitando a execução do presente contrato;
- d) descumprimento de qualquer cláusula contratual;
- e) ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do acordado entre as partes;
- f) por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência para o Município.

26. DOS ENCARGOS E TRIBUTOS

26.1. No valor cotado, deverão estar inclusos todos os encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, taxas, tributos, fretes, despesas com materiais que será de inteira responsabilidade da CONTRATADA.

27. DOS ENCARGOS E TRIBUTOS

27.1. O licitante vencedor fica obrigado a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, até o montante de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nos termos do art. 125 da Lei Federal nº 14.133/21.

28. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

28.1. será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

28.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Agente de Contratação/ Comissão.

28.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

28.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação

28.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

28.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não serão, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

28.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

28.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

28.9. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto, condição de pagamento constam no Termo de Referência.

28.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

28.11. Em caso de divergências na plataforma www.licitanet.com.br e o edital e seus anexos, prevalecerá o edital e seus anexos.

28.12. O Edital ficará disponível aos interessados no site www.licitanet.com.br, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), poderá ser solicitado pelo e-mail: cglpmautazes@gmail.com ou poderá ser retirado no setor de Licitações, situado na Francisco Barroncas nº 462 – Bairro Santa Luzia, Autazes/AM, no horário de 08h00min às 12h00min, mesmo Endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

28.13. A licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase desta licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará na imediata desclassificação ou inabilitação do licitante, ou a rescisão contratual, sem prejuízo das sanções administrativas, civis e penais cabíveis.

28.14. Na análise da documentação e no julgamento das Propostas Comerciais, o(a) Agente de Contratação poderá, a seu critério, solicitar o assessoramento técnico de órgãos ou de profissionais especializados.

28.15. Toda a documentação apresentada neste edital e seus anexos são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe que se mencione em um documento e se omita em outro será considerado especificado e válido.

28.16. o agente de Contratação, no interesse da Administração, poderá adotar medidas saneadoras, durante o certame, e relevar omissões e erros formais, observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente, sendo possível a promoção de diligências junto aos licitantes, destinadas a esclarecer a instrução do processo, conforme disposto no § 2º, do art. 59 e 64 da Lei Federal nº 14.133/21.

28.17. o não cumprimento da diligência poderá ensejar a desclassificação da proposta ou a inabilitação do licitante.

28.18. A participação do licitante nesta licitação implica no conhecimento integral dos termos e condições inseridas neste edital, bem como das demais normas legais que disciplinam a matéria.

28.19. A presente licitação não importa, necessariamente, em contratação, podendo o Município de Autazes/AM podendo revoga-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivadas de fato superveniente comprovado, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação, mediante ato escrito e fundamentado, disponibilizado no sistema para conhecimento dos licitantes.

28.20. Para atender a seus interesses, o Município Autazes/AM poderá alterar quantitativos, sem que isto implique alteração dos preços unitários ofertados, obedecidos os limites estabelecidos no art. 125, da Lei Federal n 14.133/21.

28.21. o Município de Autazes/AM poderá prorrogar, por conveniência exclusiva, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura.

28.22. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- I – Termo de Referência (disponibilizado no site licitanet);
- II – Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte;
- III – Declaração que não emprega menor;

- IV – Declaração de recebimento da documentação;
- V – Declaração de Cumprimento de Prazo;
- VI – Declaração de Veracidade da Documentação Apresentada;
- VII – Declaração Cumprimento Requisitos de Habilitação e Inexistência de Fatos Impeditivos de Habilitação;
- VIII – Modelo da Proposta de Preço;
- IX – Declaração de Elaboração Independente da Proposta de Preço;
- X – Minuta do Termo de Contrato.

Autazes/AM, 11 de julho de 2024.

ANDRESON ADRIANO OLIVEIRA CAVALCANTE
Prefeito Municipal de Autazes

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. Contratação de Empresa para prestação de serviços técnicos especializados de planejamento, elaboração, impressão, aplicação e correção de provas/realização de Concurso Público e análise de títulos para preenchimento de vagas de cargos efetivos da Prefeitura Municipal de Autazes/AM, nos termos deste Termo de Referência, e normas legais que regem a matéria, em especial:

a) elaborar o cronograma geral, com planejamento detalhado de todos os procedimentos a serem adotados no que concerne à execução dos serviços (por simetria, no que couber, observar a Lei Estadual nº 4.605/2018) e obter sua aprovação pela Comissão do Concurso;

b) elaborar o edital que regulamentará o concurso em todas as suas etapas – prova objetiva e de título (classificatório), respeitando as legislações pertinentes e das especificações deste Termo de Referência, as normas do TCE/AM, e por simetria: a Lei Estadual nº 4.605/2018, a Lei Estadual nº 404/2017, a Lei Estadual nº 4.988/2019 e a Lei Federal nº 13.656/2018;

c) do edital constarão, obrigatoriamente, sem prejuízo de outros itens convenientes ou necessários ao bom andamento do concurso, o seguinte:

I - identificação do órgão ou da entidade interessada, bem como da pessoa jurídica executora, se for o caso;

II - referência ao ato oficial que autorizou a realização do concurso público;

III - referência à lei de criação do cargo ou emprego público e da carreira, bem como seus regulamentos;

IV - identificação do cargo público, requisitos para investidura, suas atribuições sumárias, região de interesse, carga horária diária ou semanal, legislação aplicável, vencimentos e quantidade de vagas a serem providas com a especificação das vagas para deficientes;

V - endereço dos locais de inscrição e dos procedimentos de confirmação, com descrição específica daqueles dirigidos à pessoa com deficiência;

VI - indicação do órgão e da localidade geográfica de lotação dos aprovados ou do critério para sua definição, respeitada a ordem de classificação do concurso;

VII - valor da inscrição, formas de pagamento e condições de isenção;

VIII - relação da documentação a ser apresentada pelo candidato no ato da inscrição e na realização das provas, bem como material de uso permitido e não permitido em cada fase;

IX - informações acerca das formalidades confirmatórias da inscrição;

X - definição das etapas do concurso público e das espécies de provas, indicando o caráter classificatório e/ou eliminatório de cada uma (objetiva e de título), quando pertinente;

XI - enumeração das disciplinas das provas, eventuais agrupamentos de provas e matérias e número de questões de cada disciplina, com seus respectivos valores individuais;

XII - conteúdo programático de cada disciplina, de forma clara, precisa e específica, segundo cada área de atuação;

XIII - bibliografia usada como base para a formulação das provas;

XIV - informação sobre as prováveis datas de realização das provas, as quais somente poderão ser alteradas por razões de interesse público quanto a fato superveniente, demonstrada a adequação, necessidade e razoabilidade da mudança;

XV - indicação dos critérios de correção, pontuação, contagem de pontos, desempate, aprovação, peso de cada prova, pontuação de provas de títulos e classificação;

XVI - indicação dos meios de acesso aos resultados, com prováveis datas, locais e horários para divulgação;

XVII - se for o caso, informação quanto à exigência de exames médicos específicos para a carreira ou de exame psicotécnico ou sindicância da vida pregressa, com apresentação dos critérios objetivos de avaliação;

XVIII - regulamentação do processo de elaboração, apresentação, julgamento, decisão e conhecimento de resultado de recursos;

XIX - forma pela qual o candidato será informado de sua nomeação para o cargo em que for aprovado;

XX - cronograma contendo datas ou períodos das fases do concurso (ressalvados o caso fortuito e a força maior, as fases previstas no cronograma devem ser cumpridas);

XXI - informação de que a inscrição somente poderá ser realizada após confirmação do depósito;

d) criar as condições para que os interessados façam inscrição pela Internet;

e) montar banco de dados dos candidatos, contendo todas as informações colhidas nas inscrições, bem como aquelas produzidas ao longo do concurso, tais como incidentes, recursos, notas.

e.1) sempre que a contratante assim requisitar, a contratada deverá entregar cópia desse banco à contratante ou a quem ela indicar;

e.2) as cópias poderão ser requisitadas em meio magnético ou equivalente, transmitidas eletronicamente ou impressas;

e.3) a contratada não poderá usar as informações do banco de dados para nenhum outro fim que não seja o concurso da contratante;

f) providenciar o atendimento especializado aos portadores de deficiência, tanto na fase de inscrição quanto na fase de provas, de acordo com as especificidades dos casos apresentados.

g) elaborar e publicar, na Internet, o edital das inscrições deferidas, informando ou confirmando local, data e horário da aplicação das provas.

h) elaborar, reproduzir, aplicar e corrigir as provas do concurso;

k) as provas objetivas serão de múltipla escolha, com quatro escolhas, e totalizarão:

k.1 - 40 (quarenta) questões repartidas proporcionalmente entre as diversas matérias objeto do concurso para os cargos de ensino fundamental;

k.2 - 40 (quarenta) questões repartidas proporcionalmente entre as diversas matérias objeto do concurso para os cargos de ensino médio e técnico;

k.3 - 50 (cinquenta) questões repartidas proporcionalmente entre as diversas matérias objeto do concurso para os cargos de ensino superior;

l) No caso de inscrição realizada somente pela internet, devem ser disponibilizados postos de inscrição franqueados com acesso à internet, indicados no edital. Deve ser garantido o acesso a pessoas com deficiência, inclusive com equipamentos compatíveis para deficientes visuais e auditivos;

m) O órgão ou entidade administrativa promotora do concurso deve enviar cartão de confirmação de inscrição por e-mail ou link de acesso atualizado ao candidato. O local de prova do candidato não pode ser modificado sem prévio reenvio de confirmação. O envio de cartão de confirmação deve ter antecedência mínima de dez dias úteis da realização da prova. A confirmação da hora de aplicação da prova deve obedecer ao fuso horário local;

n) Após o término das inscrições, deverá o órgão ou entidade administrativa promotora do concurso enviar e-mail ao candidato contendo link de acesso atualizado a endereço eletrônico que mostre estatísticas de:

n.I - quantidade total de inscritos;

n.II - quantidade de inscritos por cargo/vaga ofertado;

n.III - relação de concorrência de candidatos por vaga.

o) no dia imediato ao encerramento das provas objetivas, divulgar o gabarito das provas objetivas em sítio da Internet previamente divulgado;

p) elaborar e publicar o edital com o resultado das provas objetivas, indicando nome, número de inscrição e notas individuais de cada candidato, sua média final e ordem de classificação.

p.1) será reprovado e excluído do certame qualquer candidato que faça menos de 40% das provas objetivas;

p.2) será excluído do certame qualquer candidato que falte a prova;

q) examinar e julgar os recursos interpostos pelos candidatos, com parecer fundamentado e individualizado;

q.1) nas provas objetivas será permitido agrupar os recursos por questão recorrida, emitindo-se um só julgamento;

r) corrigir as provas e apresentar relatório sumário sobre as ocorrências relevantes, incluindo cópia dos recursos e seus julgamentos, além da análise das provas de títulos, quando pertinentes;

s) apoiar a Prefeitura Municipal, técnica e juridicamente, em todas as etapas do concurso;

t) assegurar todas as condições para que a Prefeitura Municipal possa fiscalizar a execução dos serviços em todas as fases do processo;

u) A lisura do concurso público é de responsabilidade de todo agente, órgão, entidade ou pessoa jurídica envolvidos na sua realização. A entidade organizadora contratada tem o dever de garantir a regularidade dos procedimentos do certame, responsabilizando-se por atos de seus prepostos dos quais resulte prejuízo ao sigilo, não excluindo a responsabilização administrativa, civil e penal de quem der causa à irregularidade.

v) realizar o concurso público com observância estrita dos princípios constitucionais que regem a matéria, respeito às leis, à moralidade pública e à isonomia entre os concorrentes;

w) elaborar e entregar à contratante relatório final contendo todos os atos decorrentes do concurso público, sujeitando-o à homologação da Prefeitura Municipal;

x) As provas são aplicadas nos dias, nos horários e nos locais previstos na Lei Estadual nº 3.072, de 19 de julho de 2006.

y) a empresa providenciará, no ato da inscrição ao candidato (a), a possibilidade de requerer alguma condição de atendimento especial para a realização das provas, e o mesmo candidato (a) deverá anexar solicitação, assinada, contendo todas as informações necessárias para o atendimento, bem como o atestado médico ou de especialista que comprove a necessidade do atendimento especial.

2. JUSTIFICATIVA

2.1. O Município de Autazes, em conformidade com os princípios constitucionais, estabelece o ingresso de servidores públicos efetivos através de Concurso Público;

2.2. Desta forma, a Administração Pública necessita que seja realizado o preenchimento de vagas, para posse e exercício na sede deste Município, através de Concurso Público.

2.3. O preenchimento das vagas torna-se necessária para aumentar a efetividade das atividades desenvolvidas pela Prefeitura Municipal.

3. RESPONSABILIDADES

3.1. A contratada deverá executar os serviços de acordo com as orientações da Prefeitura Municipal de Autazes/AM. O edital deverá ficar pronto para encaminhamento ao TCE/AM no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato ou autorização de fornecimento.

3.2. A aplicação da prova deverá ocorrer no prazo mínimo de 60 (sessenta) dias após a publicação do edital, e o período de inscrição será por 15 (quinze) dia corridos, no mínimo;

3.3. A contratada responderá civil e criminalmente pela qualidade e execução dos serviços que executar por si ou por seus prepostos, sendo de sua exclusiva responsabilidade:

a) Contratar pessoal e profissionais técnicos necessários à aplicação do concurso, respondendo por todas as obrigações decorrentes da contratação, tais como encargos trabalhistas, tributários, previdenciários e demais despesas decorrentes da prestação dos serviços;

b) executar os serviços atendendo às necessidades e determinações da Prefeitura Municipal de Autazes/AM, constantes do edital e seus anexos, utilizando somente pessoal qualificado para cada tarefa;

c) observar toda a legislação e normas técnicas aplicáveis à espécie;

d) arcar com todas as despesas com alimentação, transporte e hospedagem de seus funcionários e contratados;

e) arcar com todas as despesas com veículos, motoristas, combustíveis e quaisquer outras decorrentes da prestação dos serviços;

f) fornecer todos os materiais e equipamentos necessários para a realização dos serviços;

g) utilizar os documentos e informações disponibilizadas pela Prefeitura Municipal de Autazes/AM e pelos candidatos exclusivamente para a realização dos serviços objeto desta licitação, vedada qualquer outro tipo de utilização;

h) guardar sigilo quanto aos documentos e informações a que tiver acesso durante a execução do contrato.

3.4. É de responsabilidade da contratada, sem qualquer ônus para a Contratante:

- a) Publicação de todos os editais previstos no site da Contratada;
- b) Publicação da convocação para as provas e resultados finais;
- c) Providenciar locais para realização das provas objetivas em parceria com a Prefeitura Municipal de Autazes/AM;
- d) Designar uma pessoa de contato para tratar dos assuntos relacionados ao concurso;
- e) Instalar para recepção das inscrições daqueles que quiserem fazê-las presencialmente e para atendimento de pessoas com deficiência.

3.5. É de responsabilidade da contratante, sem qualquer ônus para a contratada:

- a) Designar uma pessoa de contacto para tratar dos assuntos relacionados ao concurso;
- b) Publicação no Diário Oficial dos Municípios do Amazonas de todos os editais e chamamentos em data determinada pela Contratada.

3.6. É ainda de responsabilidade da contratada, providenciar os locais para aplicação das provas em parceria com a Prefeitura Municipal de Autazes. Os endereços desses locais devem ser divulgados com antecedência mínima de 10 (dez) dias antes da prova.

4. DAS ESPECIFICAÇÕES DO CARGO E CRONOGRAMA DO CONCURSO PÚBLICO

4.1. Dos cargos:

4.1.1. Os cargos, vagas de ampla concorrência e para pessoas com deficiência, vencimento e jornada de trabalho obedecerão a quantidade e especificações seguintes:

CARGOS POR GRUPO OPERACIONAL EXCETO EDUCAÇÃO

CARGOS	TOTAL DE VAGAS	VAGAS CONCORRÊNCIA GERAL	VAGAS PCD	CARGA HORÁRIA	VENCIMENTO R\$
NIVEL FUNDAMENTAL INCOMPLETO					
Abatedor de Gado	8	7	1	40H	1.412,00
Auxiliar de Almoxarifado	8	7	1	40H	1.412,00
Auxiliar de Serviços Gerais	238	191	47	40H	1.412,00
Auxiliar Mecânico	2	2	0	40H	1.412,00
Copeiro	4	4	0	40H	1.412,00
Coveiro	4	4	0	40H	1.412,00
Cozinheiro	5	4	1	40H	1.412,00
Lavadeira	3	3	0	40H	1.412,00
Office Boy	5	4	1	40H	1.412,00
Operador de Máquinas Agrícolas	10	8	2	40H	1.412,00

Parteira	4	4	0	40H	2.375,00
Vigia	150	120	30	40H	1.412,00
NÍVEL MÉDIO					
Agente Administrativo	20	16	4	40H	1.412,00
Agente Comunitário de Saúde - Rural	79	64	15	40H	2.824,00
Agente Comunitário de Saúde - Urbano	47	38	9	40H	2.824,00
Agente de Combate a Endemias	7	6	1	40H	2.824,00
Agente de Trânsito	10	8	2	40H	1.412,00
Agente de Zoonose	5	4	1	40H	1.412,00
Agente Vigilância Epidemiológica	10	8	2	40H	1.412,00
Artífice	2	2	0	40H	1.412,00
Assistente de Contabilidade	2	2	0	40H	1.997,11
Atendente de Farmácia	5	4	1	40H	1.412,00
Auxiliar de Hematologia	2	2	0	40H	1.412,00
Auxiliar de Patologia Clínica	2	2	0	40H	1.412,00
Auxiliar em Saúde Bucal	7	6	1	40H	1.997,11
Carpinteiro	3	3	0	40H	1.412,00
Cuidador de Idoso	2	2	0	40H	1.412,00
Digitador	53	43	10	40H	1.412,00
Eletricista	3	3	0	40H	1.412,00
Fiscal Ambiental	2	2	0	40H	1.997,11
Fiscal de Tributos	1	1	0	40H	1.997,11
Fiscal Sanitário	5	4	1	40H	1.997,11
Guarda Civil Municipal	30	24	6	40H	1.412,00
Maqueiro	3	3	0	40H	1.412,00
Mecânico	3	3	0	40H	1.997,11
Microscopista Urbano	2	2	0	40H	1.412,00
Microscopista Rural	7	6	1	40H	1.412,00
Motorista de Autos	48	39	9	40H	1.997,11
Motorista Fluvial	6	5	1	40H	1.412,00
Operador de Máquinas Pesada	6	5	1	40H	1.997,11
Pedreiro	2	2	0	40H	1.412,00
Pintor	2	2	0	40H	1.412,00
NÍVEL TÉCNICO					
Analista de Suporte de Tecnologia da Informação	2	2	0	40H	1.997,11
Operador de Processamento de Dados	10	8	2	40H	1.997,11
Técnico Agrícola	4	4	0	40H	1.997,11
Técnico de Contabilidade	4	4	0	40H	1.997,11
Técnico de Enfermagem	106	85	21	40H	1.997,11
Técnico de Informática	3	3	0	40H	1.997,11

Técnico em Agrimensura	2	2	0	40H	1.997,11
Técnico em Agropecuária	5	4	1	40H	1.997,11
Técnico em Edificação	2	2	0	40H	1.997,11
Técnico em Hemoterapia	3	3	0	40H	1.997,11
Técnico em Meio Ambiente	4	4	0	40H	1.997,11
Técnico em Mineração	1	1	0	40H	1.997,11
Técnico em Ortopedia	4	4	0	40H	1.997,11
Técnico em Patologia Clínica	7	6	1	40H	1.997,11
Técnico em Radiologia	5	4	1	24H	1.997,11
Técnico em Recurso Pesqueiro	2	2	0	40H	1.997,11
Técnico em Saúde Bucal	13	11	2	40H	1.997,11
Técnico em Segurança do Trabalho	1	1	0	40H	1.997,11
Terapeuta Ocupacional	1	1	0	40H	1.997,11
NIVEL SUPERIOR					
Arquivista	1	1	0	40H	5.049,59
Assistente Social	15	12	3	30H	5.049,59
Biólogo	1	1	0	40H	5.049,59
Biomédico	2	2	0	40H	5.049,59
Contador	1	1	0	40H	5.049,59
Educador Físico	2	2	0	40H	5.049,59
Enfermeiro	60	48	12	40H	5.049,59
Engenheiro Agrônomo	2	2	0	40H	5.049,59
Engenheiro Ambiental	2	2	0	40H	5.049,59
Engenheiro Civil	2	2	0	40H	5.049,59
Engenheiro de Pesca	1	1	0	40H	5.049,59
Engenheiro Florestal	2	2	0	40H	5.049,59
Engenheiro Sanitário	1	1	0	40H	5.049,59
Farmacêutico Bioquímico	6	5	1	40H	5.049,59
Fisioterapeuta	6	5	1	30H	5.049,59
Fonoaudiólogo	2	2	0	40H	5.049,59
Médico Veterinário	4	4	0	40H	5.049,59
Nutricionista	6	5	1	40H	5.049,59
Odontólogo	13	11	2	40H	5.049,59

CARGOS MAGISTÉRIO

CARGO	TOTAL DE VAGAS	VAGAS CONCORRÊNCIA GERAL	VAGAS PCD	CARGA HORÁRIA	VENCIMENTO R\$
Professor I - Urbano - Primeiras Séries do Ensino Fundamental	20	16	4	20H	2.359,00
Professor I - Urbano - Educação Infantil	20	16	4	20H	2.359,00

Professor I - Urbano - Educação Especial	10	8	2	20H	2.359,00
Professor I - Rural - Primeiras Séries do Ensino Fundamental	38	31	7	20H	2.359,00
Professor I - Rural - Educação Infantil	45	36	9	20H	2.359,00
Professor I - Rural - Educação Especial	30	24	6	20H	2.359,00
Professor I - Rural - Matemática	20	16	4	20H	2.359,00
Professor I - Rural - Língua Portuguesa	23	19	4	20H	2.359,00
Professor I - Rural - Geografia	13	11	2	20H	2.359,00
Professor I - Rural - História	12	10	2	20H	2.359,00
Professor I - Rural - Ciências Naturais e Biológicas	13	11	2	20H	2.359,00
Professor I - Rural - Língua Inglesa	8	7	1	20H	2.359,00
Professor I - Rural - Artes	5	4	1	20H	2.359,00
Professor I - Rural - Educação Física	14	12	2	20H	2.359,00
Professor I - Indígena - Primeiras Séries do Ensino Fundamental	20	16	4	20H	2.359,00
Professor I - Indígena- Educação Infantil	10	8	2	20H	2.359,00
Professor I - Indígena - Educação Especial	10	8	2	20H	2.359,00
Professor I - Indígena - Matemática	6	5	1	20H	2.359,00
Professor I Indígena- Língua Portuguesa	6	5	1	20H	2.359,00
Professor I- Indígena- Geografia	2	2	0	20H	2.359,00
Professor I - Indígena - História	3	3	0	20H	2.359,00
Professor I - Indígena - Ciências Naturais e Biológicas	3	3	0	20H	2.359,00
Professor I - Indígena - Língua Inglesa	3	3	0	20H	2.359,00
Professor I - Indígena - Artes	2	2	0	20H	2.359,00
Professor I - Indígena - Educação Física	3	3	0	20H	2.359,00

DEMAIS CARGOS DA EDUCAÇÃO

CARGO	TOTAL DE VAGAS	VAGAS CONCORRÊNCIA GERAL	VAGAS PCD	CARGA HORÁRIA	VENCIMENTO R\$
Auxiliar de Serviços Gerais Rural	144	116	28	40H	1.412,00
Auxiliar de Serviços Gerais Urbano	20	16	4	40H	1.412,00
Manipulador de Alimentos Rural	62	50	12	40H	1.412,00
Manipulador de Alimentos Urbano	8	7	1	40H	1.412,00
Vigia Rural	127	102	25	40H	1.412,00
Agente Administrativo Rural	35	28	7	40H	1.412,00
Agente Administrativo Urbano	6	5	1	40H	1.412,00

Assistente Social Urbano	3	3	0	30H	5.049,59
Nutricionista Urbano	4	4	0	30H	5.049,59
Pedagogo Rural	14	15	1	30H	5.049,59
Pedagogo Urbano	9	8	1	30H	5.049,59
Psicólogo Urbano	3	3	0	30H	5.049,59

4.2. Do cronograma do concurso:

4.2.1. A contratada deverá apresentar cronograma do concurso para todas as fases descritas abaixo:

- Publicação do Edital de Abertura;
- Período de inscrição;
- Edital preliminar de deferimento das isenções e do atendimento especial
- Prazo para recursos do edital preliminar de deferimento das isenções e do atendimento especial;
- Edital definitivo de deferimento das isenções e do atendimento especial;
- Prazo de pagamento dos boletos dos candidatos que tiveram as isenções indeferidas;
- Edital preliminar de deferimento das inscrições;
- Prazo para recursos do edital preliminar de deferimento das inscrições;
- Edital definitivo de deferimento das inscrições;
- Divulgação do local, hora e data de prova;
- Aplicação das provas objetivas;
- Divulgação preliminar do gabarito;
- Recurso da divulgação do gabarito;
- Divulgação definitiva do gabarito;
- Chamamento das pessoas com deficiência para apresentação de laudo médico com comprovação o enquadramento nas categorias discriminadas no artigo 4.º do Decreto Federal n.º 3.298/99, alterado pelo Decreto Federal n.º 5.296/2004;
- Edital preliminar dos classificados em condição normal e pessoas com deficiência da prova objetiva;
- Prazo de recursos do edital preliminar dos classificados em condição normal e pessoas com deficiência da prova objetiva;
- Edital do resultado final dos classificados em condição normal e pessoas com deficiência da prova objetiva e chamamento para prova de título dos classificados, quando pertinentes;
- Entrega dos títulos para os cargos de professor;
- Edital do resultado preliminar da prova de títulos para os cargos de professor;
- Prazo de recursos do resultado preliminar da prova de títulos para os cargos de professor;
- Edital do resultado final dos classificados em condição normal e pessoas com deficiência da prova objetiva com a prova de título;
- Homologação do Resultado.

5. PRAZO PARA ORGANIZAÇÃO E REALIZAÇÃO DO CONCURSO

5.1. O prazo para organização e realização do concurso será de 6 (seis) meses, contados da assinatura do contrato, desde que não ocorra casos fortuitos e força maior.

6. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

6.1. Pela prestação dos serviços técnico-especializados, a CONTRATADA receberá o valor total dividido em 04 (quatro) parcelas iguais, conforme as etapas da execução do objeto a seguir:

ETAPAS DE EXECUÇÃO DO OBJETO	% DO VALOR GLOBAL CONTRATADO
Dez dias após o encerramento do período de inscrições com a apresentação do Relatório Final de sua realização	25%
Dez dias após a disponibilização aos candidatos dos Resultados das Provas Objetivas	25%
Dez dias após a disponibilização aos Candidatos do Resultado Final e Publicação do Ato de Homologação.	25%
Dez dias após elaboração e entrega de Relatório Final dos Trabalhos, abordando todas as questões relacionadas com o concurso público, desde o seu planejamento até a divulgação dos resultados finais	25%

7. DO PREÇO MÁXIMO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

7.1. O valor das inscrições será de 3% (três por cento) dos vencimentos iniciais do cargo público objeto do concurso – por simetria ao art. 24 da Lei Estadual nº 4.605/2018.

8. DAS VAGAS DESTINADAS AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

8.1. É assegurada à pessoa com deficiência o direito de se inscrever em concurso público em igualdade de condições com os demais candidatos, observada a compatibilidade entre as atribuições do cargo e a deficiência, nos termos do art. 7º, caput, da Lei nº 4.605/2018, alterada pela Lei nº 5.295/2020.

8.2. Serão reservadas vagas, a serem preenchidas por pessoas com deficiência, no patamar de 20%, desprezada a parte decimal, nos termos do art. 7º, § 1º, inciso VI da Lei nº 4605/2018.

8.3. A ordem de chamamento dos candidatos PcD conjugada com a ordem dos que concorreram para a vaga de ampla concorrência deve observar o art. 75B da Lei nº 4605/2018.

8.4. As Pessoas com Deficiências, aqueles que se enquadram nas categorias discriminadas no artigo 4.º do Decreto Federal n.º 3.298/99, alterado pelo Decreto Federal n.º 5.296/2004, têm assegurado o direito de inscrição no presente concurso público, desde que a deficiência seja compatível com as atribuições do cargo em provimento para o qual o candidato concorre.

8.5. As Pessoas com Deficiências participarão do Concurso Público em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere a conteúdo das provas, à avaliação e aos critérios de aprovação, a data, ao horário e ao local de aplicação das provas, e ao critério de corte exigido para todos os demais candidatos.

8.6. A publicação do resultado final do Concurso Público será feita em duas listas, sendo a primeira, contendo a pontuação de todos os candidatos, inclusive as Pessoas com Deficiências, e a segunda, somente com a pontuação destes últimos.

8.7. As Pessoas com Deficiências classificadas no Concurso Público serão submetidos, antes da posse, à perícia por Junta Médica Oficial da Prefeitura Municipal de Autazes/AM, que terá decisão definitiva sobre a sua qualificação como deficiente e sobre o grau de deficiência capacitante para o exercício do cargo pretendido.

8.8. Após perícia, se favorável, será o candidato nomeado, observando-se a ordem de classificação da lista de Pessoas com Deficiências. Em caso de não ratificação declarada pela Junta Médica Oficial da Prefeitura Municipal de Autazes/AM, o candidato será eliminado da lista do resultado final de Pessoas com Deficiências, permanecendo apenas na lista geral de resultado final de todos os candidatos.

8.9. Na inexistência de candidatos enquadrados nos critérios definidos nos subitens anteriores ou no caso de eliminação desses candidatos, as vagas a eles reservadas serão revertidas para os demais candidatos, observando-se a ordem de classificação.

8.10. As Pessoas com Deficiências que não declararem essa condição, no período das inscrições, não poderão, posteriormente, interpor recurso em favor de sua situação.

8.11. A não observância do disposto nos subitens anteriores acarretará a perda do direito ao pleito das vagas reservadas aos candidatos em tais condições.

8.12. O candidato com deficiência visual tem direito à prova escrita com opções de tamanho de letras aumentadas em 25% (vinte e cinco por cento) ou aumentadas em 50% (cinquenta por cento).

8.13. O candidato com deficiência tem direito à extensão de tempo de execução de prova em 60 (sessenta) minutos.

8.14. A apresentação do laudo que comprove a deficiência nos termos do artigo 4.º do Decreto Federal n.º 3.298/99, alterado pelo Decreto Federal n.º 5.296/2004 será na data indicada no edital.

9. DA ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO DO CONCURSO

9.1. Ficam isentos do pagamento de taxas de inscrição do concurso público os cidadãos que tiverem servido como jurados no Tribunal do Júri, em uma das Comarcas do Estado do Amazonas. O jurado a que se refere esta Lei é a pessoa investida na função de julgar, no Tribunal do Júri, os crimes dolosos contra vida, consumados ou tentados, ou qualquer outro crime que tenha conexão com um crime doloso contra a vida. o cidadão terá que comprovar, por meio de certidão expedida pela Vara Criminal do Tribunal do Júri competente, o serviço prestado ao órgão por no mínimo dois eventos, consecutivos ou não. O comprovante expedido pela Vara Criminal do Tribunal do Júri deverá conter o nome completo do jurado, a função desempenhada, e as datas em que prestou o serviço perante o Tribunal. A isenção terá validade pelo período de 02 (dois) anos, a contar da data de atuação do beneficiário como jurado no Tribunal do Júri. (Lei Estadual nº 4.605, de 28 de maio de 2018, que estabelece normas gerais para realização de concurso público pela administração direta, autárquica e fundacional no Estado do Amazonas)

9.2. Fica o doador de sangue isento do pagamento de taxa de inscrição no concurso público. Considerar-se-ão aptos para o benefício aquele que apresentar a comprovação de qualidade de doador de sangue por documento emitido pela entidade coletora ou órgão oficial credenciados pela União, pelo Estado ou pelo Município. O candidato deverá comprovar a doação em quantidade não inferior a 3 (três) vezes em um período de 12 (doze) meses. Os documentos de que tratam este artigo deverão discriminar o número e a data em que foram realizadas as doações e serão juntados no ato da inscrição. (Lei Estadual nº 404, de 12 de julho de 2017, que dispõe sobre a isenção, ao doador de sangue, do pagamento de taxa de inscrição em concursos públicos estaduais, e dá outras providências)

9.3. Os eleitores convocados e nomeados pela Justiça Eleitoral do Amazonas para prestar serviços no período eleitoral, visando à preparação, execução e apuração de eleições oficiais, ficam considerados isentos do pagamento da taxa de inscrição no concurso público. Compreende-se como eleitor convocado e nomeado aquele que presta serviços à Justiça Eleitoral, tais como o componente de mesa receptora de voto, na condição de presidente de mesa: primeiro ou segundo mesário ou secretário, os técnicos de urna e os técnicos de transmissão, incluindo ainda aqueles designados para a preparação e montagem de votação. Entende-se como período eleitoral a véspera e o dia do pleito, sendo cada turno considerado uma eleição. Para fim desta Lei, tem direito à isenção o eleitor convocado que comprove o serviço prestado à Justiça Eleitoral por, no mínimo, duas eleições, consecutivas ou não. A comprovação do serviço prestado será efetuada por uma declaração da Justiça Eleitoral do Estado do Amazonas, cuja cópia autenticada será juntada no ato da inscrição, contendo o nome completo do eleitor, função desempenhada, o turno e a data da eleição. Após a comprovação de

participação em duas eleições, o eleitor nomeado terá o benefício concedido a contar da data em que faz jus ao prêmio, por um período de validade de 2 (dois) anos. (Lei Estadual nº 4.988, de 1 de novembro de 2019, que dispõe sobre a isenção de taxas de inscrição em concursos públicos aos eleitores convocados e nomeados para servirem à Justiça Eleitoral por ocasião dos pleitos eleitorais)

9.4. São isentos do pagamento de taxa de inscrição no concurso público os candidatos que pertençam a família inscrita no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico), do Governo Federal, cuja renda familiar mensal per capita seja inferior ou igual a meio salário-mínimo nacional. O cumprimento dos requisitos para a concessão da isenção deverá ser comprovado pelo candidato no momento da inscrição, nos termos do edital do concurso. (Lei Federal nº 13.656, de 30 de abril de 2018, que isenta os candidatos que especifica do pagamento de taxa de inscrição em concursos para provimento de cargo efetivo ou emprego permanente em órgãos ou entidades da administração pública direta e indireta da União)

9.5. Sem prejuízo das sanções penais cabíveis, o candidato que prestar informação falsa com o intuito de usufruir das isenções do item 9 estará sujeito a: I – cancelamento da inscrição e exclusão do concurso, se a falsidade for constatada antes da homologação de seu resultado; II – exclusão da lista de aprovados, se a falsidade for constatada após a homologação do resultado e antes da nomeação para o cargo; III – declaração de nulidade do ato de nomeação, se a falsidade for constatada após a sua publicação.

10. DIVULGAÇÃO DO GABARITO

10. 1. O gabarito das provas objetivas será divulgado no dia imediato após o encerramento das provas. Uma cópia será divulgada pela Internet, outra cópia será afixada na portaria da Prefeitura Municipal de Autazes/AM.

11. APROVADOS EXCEDENTES

11.1. Os classificados, ou seja, os candidatos com rendimento igual ou superior a 40% na prova objetiva e que excederem o número de vagas, formarão um banco de reserva para novas chamadas em caso de vacância ou aumento do número de vagas, desde que observe a data de validade do concurso.

11.2. Em nenhuma hipótese a Prefeitura Municipal de Autazes/AM realizará novos concursos para os mesmos cargos antes de vencido o prazo do concurso e enquanto houver classificados na lista de excedentes.

11.3. Serão considerados aprovados os classificados dentro do número de vagas ofertados no concurso, e os classificados os candidatos que faça igual ou superior a 40% na prova objetiva e que excederem o número de vagas.

12. VALIDADE

12.1. O concurso terá validade de dois anos, podendo ser renovado por igual período.

13. MODALIDADE DE LICITAÇÃO

13.1. A licitação para contratação da organização que aplicará o concurso adotará a modalidade Pregão Eletrônico, sendo do tipo menor preço global.

14. DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Para a determinação do valor da contratação foram consideradas as seguintes variáveis:

- Número previsto de candidatos escritos;
- Número de provas por cargos;
- Logística para transporte dos materiais e das provas;
- Custos com coordenação geral, técnicos de informática e coordenadores técnicos;
- Custos com coordenador de área e fiscais diversos;
- Custos de impressão e materiais das provas;
- Custos com profissionais para consecução das provas e sua sigilosidade;
- Condições topográficas com a região amazônica;
- Custos com elaboração de programas específicos para o concurso e alimentação do sistema e manutenção da base de dados;
- Atos gerenciais de elaboração de ATAS e relatório final;
- Custos com apoio técnico ao certame, em caso de ações judiciais e defesas administrativas em recursos em geral;
- Custos com garantia das necessidades especiais às pessoas com deficiência;
- Custos com a segurança dos envelopes de prova e cartões respostas para garantir a sigilosidade;
- Custos com a alimentação dos fiscais e colaboradores nos dias de prova;
- Previsão de dois dias de provas;
- Custos com manutenção e condicionamento das escolas ao concurso;
- Utilização da validação dos títulos apresentados e sua análise, nos cargos pertinentes;
- Custos internos e indiretos alocados na contratação;
- Gastos com materiais de limpeza e higiene nas escolas;
- Percentual de lucro em se tratando de empresa privada;

15. Estima-se um número de 10 mil inscritos, considerando-se o número de vagas disponibilizados e o fato do município de Autazes se encontrar entre outros municípios e próximo a Manaus, o que eleva a procura pelo concurso.

16. Tendo em vista o número de provas diferentes, num total de 51 e ainda a previsão do número de inscritos e as demais variáveis descritas no item 14 é possível estabelecer o valor global do orçamento, nos seguintes termos:

ITEM	ESCOLARIDADE	QUANTIDADE DE VAGAS	ESTIMATIVAS DE INSCRITOS	VALOR UNITÁRIO DA INSCRIÇÃO (R\$)	VALOR TOTAL EM (R\$)
01	Fundamental	518	2.500	42,00	104.488,00
02	Nível médio	695	3.475	60,00	208.500,00
03	Técnico	244	1.220	60,00	73.200,00
04	Superior	255	1.275	90,00	114.750,00
TOTAL		1.712	10.970		500.938,00

**ANEXO II – MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU
EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

Nome da Empresa, inscrita no CNPJ sob o nº **XXXXXXXXXX**, estabelecida na cidade de **XXXXXXXXXX**, sediada no **Endereço**, por seu representante legal, o(a) Sr(a). **XXXXXXXXXX**, portador(a) da Cédula de Identidade nº **XXXXXXXXXX** e do CPF nº **XXXXXXXXXX**, residente e domiciliado(a) no **Endereço**, DECLARA, sob as penas da Lei, para fins de participação na **PREGÃO ELETRÔNICO Nº ____/2024-PMA**, que cumpro os requisitos estabelecidos no Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, em seu Art. 34, que essa Empresa está apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 45 da referida Lei Complementar.

....., de de 2024.

EMPRESA / REPRESENTANTE LEGAL

**ANEXO III – MODELO DE DECLARAÇÃO QUE NÃO EMPREGA DE
MENOR**

Nome da Empresa, inscrita no CNPJ sob o nº **XXXXXXXXXX**, estabelecida na cidade de **XXXXXXXXXX**, sediada no **Endereço**, por seu representante legal, o(a) Sr(a). **XXXXXXXXXX**, portador(a) da Cédula de Identidade nº **XXXXXXXXXX** e do CPF nº **XXXXXXXXXX**, residente e domiciliado(a) no **Endereço**, DECLARA, sob as penas da Lei, para fins de participação na **PREGÃO ELETRÔNICO N° ____/2024-PMA**, que não possui em seu quadro de pessoal e nem utilizará, sob qualquer pretexto, empregados com idade inferior a 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre; nem menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

....., de de 2024.

EMPRESA / REPRESENTANTE LEGAL

**ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO DE RECEBIMENTO DA
DOCUMENTAÇÃO**

Nome da Empresa, inscrita no CNPJ sob o nº **XXXXXXXXXX**, estabelecida na cidade de **XXXXXXXXXX**, sediada no **Endereço**, por seu representante legal, o(a) Sr(a). **XXXXXXXXXX**, portador(a) da Cédula de Identidade nº **XXXXXXXXXX** e do CPF nº **XXXXXXXXXX**, residente e domiciliado(a) no **Endereço**, DECLARA, que recebeu o Edital e todos os documentos que o integram, dispondo de todos os elementos e informações necessárias à elaboração da proposta de preços, com total e completo conhecimento do objeto da licitação referente à **PREGÃO ELETRÔNICO N° _____/2024-PMA**.

....., de de 2024.

EMPRESA / REPRESENTANTE LEGAL

**ANEXO V – MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE
PRAZO**

Nome da Empresa, inscrita no CNPJ sob o nº **XXXXXXXXXXXX**, estabelecida na cidade de **XXXXXXXXXXXX**, sediada no **Endereço**, por seu representante legal, o(a) Sr(a). **XXXXXXXXXXXX**, portador(a) da Cédula de Identidade nº **XXXXXXXXXXXX** e do CPF nº **XXXXXXXXXXXX**, residente e domiciliado(a) no **Endereço**, DECLARA, que obedecerá rigorosamente e cumprirá todos os prazos estabelecidos para a execução dos serviços objeto da licitação referente à **PREGÃO ELETRÔNICO Nº ____/2024-PMA**.

....., de de 2024.

EMPRESA / REPRESENTANTE LEGAL

**ANEXO VI – MODELO DE DECLARAÇÃO DE VERACIDADE DA
DOCUMENTAÇÃO APRESENTADA**

Nome da Empresa, inscrita no CNPJ sob o nº **XXXXXXXXXX**, estabelecida na cidade de **XXXXXXXXXX**, sediada no **Endereço**, por seu representante legal, o(a) Sr(a). **XXXXXXXXXX**, portador(a) da Cédula de Identidade nº **XXXXXXXXXX** e do CPF nº **XXXXXXXXXX**, residente e domiciliado(a) no **Endereço**, DECLARA, sob as penas da Lei, para fins de participação na **PREGÃO ELETRÔNICO N° ____/2024-PMA**, que todos os documentos apresentados são fiéis e verdadeiros.

....., de de 2024.

EMPRESA / REPRESENTANTE LEGAL

**ANEXO VII – MODELO DE DECLARAÇÃO CUMPRIMENTO
REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E INEXISTÊNCIA DE FATOS
IMPEDITIVOS DE HABILITAÇÃO**

A (razão social da empresa), CNPJ nº..., localizada à..., DECLARA, em conformidade com a legislação vigente, que cumpre todos os requisitos de habilitação para este certame licitatório da Prefeitura de Autazes – **PREGÃO ELETRÔNICO** nº ____/____, sob pena, se comprovada má-fé, da aplicação das penalidades cabíveis.

E declara, também sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

....., de de 2024.

EMPRESA / REPRESENTANTE LEGAL

ANEXO VIII – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO

Sessão Pública: xx/xx/20____, às xx horas.

IDENTIFICAÇÃO DO LICITANTE

Nome de Fantasia:						
Razão Social:						
CNPJ:			Optante pelo SIMPLES? (Sim/Não)			
Endereço:						
Bairro:			Cidade:			
CEP:			E-mail:			
Telefone:			Fax:			
Banco:			Conta Bancária:			
Nome e nº da agência bancária:						
ITEM	UNID	QUANT.	ESPECIFICAÇÃO	MARCA/ MODELO	PREÇO UNITARIO	PREÇO TOTAL
Valor por extenso (PREÇO UNITÁRIO):						
Valor por extenso (PREÇO TOTAL):						

A empresa (NOME DA EMPRESA) declara que:

- a) Nos valores das propostas de preços estão incluídas todas as despesas com tributos e fornecimento de certidões e documentos, bem como encargos fiscais, sociais, trabalhistas, previdenciários, comerciais e outros de qualquer natureza e, ainda, gastos com transportes e acondicionamento em embalagens adequadas, conforme caso;
- b) Atende todas as especificações, exigências técnicas mínimas, prazos de entrega ou de prestação, cronograma de execução e as respectivas quantidades, conforme caso;
- c) Caso seja vencedora no certame, submete-se a todas as condições estabelecidas neste Edital e na minuta do contrato que o integra, sob pena de rescisão unilateral do contrato;
- d) Validade mínima da Proposta: **90 (noventa) dias** a contar da data da apresentação dos envelopes de proposta de preços e de documentos para habilitação à COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO.
- e) Prazo de entrega / execução e demais especificações de acordo com as previsões do **Anexo I** (Termo de Referência/)

_____ (AM), _____ de _____ de 20____.

Sócio Administrador, Diretor ou Representante Legal
Carimbo de Identificação

**ANEXO IX – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO
INDEPENDENTE DA PROPOSTA DE PREÇO**

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE AUTAZES

Ref.: **PREGÃO ELETRÔNICO** Nº ____/2024-PMA

Prezados Senhores,

_____[identificação completa do representante da Licitante]_____, como representante devidamente constituído de _____[identificação completa da Licitante]_____, doravante denominado Licitante, para fins do disposto no item ____ do Edital do **PREGÃO ELETRÔNICO** Nº ____/_____, declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

- a) A proposta anexa foi elaborada de maneira independente pela Licitante, e que o conteúdo da proposta anexa não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a, discutido com ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do **PREGÃO ELETRÔNICO** Nº ____/_____, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- b) A intenção de apresentar a proposta anexa não foi informada a, discutido com ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do **PREGÃO ELETRÔNICO** Nº ____/_____, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- c) Que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato do **PREGÃO ELETRÔNICO** Nº ____/_____, quanto a participar ou não da referida licitação;
- d) Que o conteúdo da proposta anexa não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado a ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato do **PREGÃO ELETRÔNICO** Nº ____/_____ antes da adjudicação do objeto da referida licitação;
- e) Que o conteúdo da proposta anexa não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a, discutido com ou recebido de qualquer integrante da PREFEITURA MUNICIPAL DE AUTAZES antes da abertura oficial das propostas; e
- f) Que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

Local e data

FIRMA LICITANTE/CNPJ
ASSINATURA COM IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DO REPRESENTANTE LEGAL

ANEXO X – MINUTA DO CONTRATO

MINUTA DO CONTRATO Nº ____/2024

**OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO DE
EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS TÉCNICOS
ESPECIALIZADOS DE
PLANEJAMENTO, ELABORAÇÃO,
IMPRESSÃO, APLICAÇÃO E
CORREÇÃO DE PROVAS PARA
REALIZAÇÃO DE CONCURSO
PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE
CARGOS PÚBLICOS EFETIVOS DO
QUADRO DE PESSOAL DO MUNICÍPIO
DE AUTAZES, QUE ENTRE SI
CELEBRAM O MUNICÍPIO DE
AUTAZES E O**

Pelo presente instrumento, vinculado no Pregão Presencial nº, constante no Processo Administrativo nº ____, de um lado, o MUNICÍPIO DE AUTAZES, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Francisco Barroncas Nº 462 – Bairro Santa Luzia, Autazes – Amazonas CEP: 69.240-000, Amazonas, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 23.006.331/0001-34, neste ato representado por seu Prefeito, **ANDRESON ADRIANO OLIVEIRA CAVALCANTE**, brasileiro, casado, com endereço profissional na Prefeitura Municipal de Autazes/AM, portador da Carteira de Identidade nº 1360007-9 SSP/AM e CPF nº 633.049.612-91, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e, de outro lado, o, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº, com sede na, nº, CEP:, neste ato representada por seu procurador,, inscrito no CPF sob o nº xxxxxxxxxxxx, portador da cédula de identidade R.G. xxxxxxxxxxxx SSP/xx, residente e domiciliado na xxxxxx, nº xx, CEP: xxxxxxxx, a seguir denominada CONTRATADA, acordam em celebrar o presente contrato, com fulcro no art. 23, inc. XIII, da Lei nº 8.666/93, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Contrato tem por objeto a contratação de Empresa para prestação de serviços técnicos especializados de planejamento, elaboração, impressão, aplicação e correção de

provas para realização de concurso público para provimento de CARGOS PÚBLICOS EFETIVOS DO QUADRO DE PESSOAL do Município de Autazes, conforme Anexo I deste Contrato.

§ 1º. O concurso público mencionado no *caput* será realizado pela CONTRATADA e supervisionado exclusivamente pela Comissão do Concurso, da Secretaria Municipal Planejamento e Administração, e constará de **Prova de Conhecimentos Gerais e Específicos**, de acordo com as regras específicas do Edital que regerá o Concurso Público.

§ 2º. O Edital do Concurso Público, a Proposta Técnico-Financeira e este Contrato de Prestação de Serviços são complementares e integrantes entre si, de forma que qualquer detalhe ou condição que se mencione em um e se omita em outro serão considerados especificados e válidos, obrigando as partes em todos os termos.

§ 3º. Na hipótese de divergência entre os instrumentos integrantes deste contrato, as partes acordarão para sua solução.

§ 4º. O presente contrato reger-se-á pelas normas de Direito Público, em especial pela LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021, e, subsidiariamente, por legislação esparsa aplicável à espécie.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS SERVIÇOS

Os serviços objeto do presente contrato envolvem a realização de todas as etapas constantes do parágrafo primeiro da Cláusula Primeira deste Instrumento, na cidade de Autazes, Estado do Amazonas, sendo que para execução do Concurso Público, a contratada obriga-se a:

a) observar a legislação e normas aplicáveis aos concursos públicos, bem como o Edital que regulamenta o Concurso objeto deste Contrato, aprovado e publicado pelo CONTRATANTE;

b) discutir a elaboração do Edital, os programas específicos das funções, comunicados, formulários, cadastros e listagens, fixando suas diretrizes em conjunto com o CONTRATANTE, de acordo com a legislação aplicável;

c) viabilizar, se for o caso, a contratação de profissionais e pessoal necessários às tarefas relativas à elaboração, aplicação e correção das provas, sempre obedecendo a normas de sigilo e segurança, e conforme competências estabelecidas no edital do concurso público;

d) viabilizar o atendimento diferenciado aos portadores de necessidades especiais de acordo com as especificidades de cada caso apresentado (motora, auditiva, visual);

e) elaborar e distribuir o material necessário à orientação e inscrição dos candidatos;

f) viabilizar a organização e a logística concernentes à avaliação de todas as etapas do concurso;

g) responder aos recursos administrativos, inclusive impugnações do Edital do concurso público, em trabalho mútuo e conjunto, concernentes à quaisquer das etapas do concurso, bem como subsidiar o Município, prestando as informações que se fizerem necessárias.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

I. DA CONTRATADA

a) Assegurar as condições necessárias à plena, eficaz e segura execução do concurso público, sob sua coordenação;

b) Ser responsável pela coordenação geral das atividades de execução do concurso público, compreendendo os serviços essenciais à consecução das fases previstas no parágrafo primeiro da cláusula primeira;

c) Prestar assessoramento ao CONTRATANTE para elaboração do Edital e demais atos necessários à abertura e consecução do Concurso Público, bem assim divulgação dos atos decorrentes, observada a legislação aplicável;

d) Responsabilizar-se pelo planejamento e execução do Concurso Público, objeto deste Contrato, observando, para tanto, todas as disposições do Edital do Concurso, bem como a legislação pertinente e sempre em conformidade com as obrigações que lhe competem;

e) Colaborar no processo de promoção e divulgação do concurso público, objeto deste contrato;

f) Adotar as providências operacionais necessárias à realização do concurso público, tais como: organização e limpeza dos locais dos exames, preparo e sinalização dos acessos aos locais dos exames, confecção de crachás de identificação do pessoal envolvido com a operacionalização do concurso, identificação e solicitação de auxílio dos setores responsáveis pela segurança pública, entre outras atividades afins e necessárias à eficaz e segura realização do concurso;

g) Implementar a sinalização dos locais de aplicação de todas as etapas do concurso para orientação dos candidatos, e organizar os locais dos exames;

h) Proceder à divulgação do gabarito provisório da prova objetiva de conhecimentos, em 02 (dois) dias úteis do dia seguinte à aplicação da referida prova, e disponibilizar no site indicado no edital do concurso público as questões da prova objetiva;

i) Otimizar os mecanismos necessários a conferir segurança durante a realização do concurso, visando prevenir e coibir fraudes e quaisquer outras tentativas de burlar a licitude do concurso.

j) Cumprir as datas, prazos de entrega e exigências estabelecidas pelo Edital do Concurso;

k) Responder a eventuais recursos que forem interpostos pelos candidatos, e que forem de sua alçada e competência, inclusive subsidiar a Comissão Examinadora do Concurso com informações necessárias à plena fundamentação da resposta aos recursos de suas alçada e competência;

l) Manter absoluto sigilo, total imparcialidade e plena impessoalidade durante todas as fases do concurso, assegurando que nenhuma informação sigilosa seja fornecida a terceiros;

m) Repassar e reportar apenas e tão somente aos integrantes da Coordenação Geral de Concursos da Secretaria Municipal de Planejamento e Administração todas as informações e/ou dúvidas pertinentes ao concurso em questão;

n) Imprimir as provas objetivas, inclusive sob forma diferenciada para atender aos requerimentos de condições especiais ou diferenciadas formulados pelos candidatos portadores de necessidades especiais;

o) Atender às condições diferenciadas pleiteadas pelos candidatos portadores de necessidades especiais, necessárias para a execução das provas, nos limites estabelecidos no edital do concurso público;

p) Manter hospedado no seu site os atos inerentes ao Concurso Público, até extinção do prazo de sua validade, inclusive durante o período de eventual prorrogação da validade do Concurso Público;

q) Observar as normas do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas.

II. DO CONTRATANTE

a) Acompanhar e supervisionar o planejamento, a organização e a execução de todas as fases do concurso público;

b) Repassar todas as informações, dados, e diretrizes eventualmente solicitadas para o bom, eficiente e seguro desempenho das atribuições das funções da CONTRATADA;

c) Publicar, na imprensa oficial, os editais de abertura e homologação do concurso, bem como quaisquer materiais ou informes pertinentes ao Concurso, observando, para tanto, as exigências legais;

d) Repassar, diretamente à CONTRATADA, as informações e os atos inerentes ao Concurso Público, visando à elaboração e à inserção dos Editais respectivos e informações no site da contratada;

e) Emitir, ao término do Contrato, Atestado de Capacitação Técnica à CONTRATADA/Coordenadoria de Processos Seletivos, acerca do serviço técnico especializado executado.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO E DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

O prazo de execução será de 06 (seis) meses, contados da data de recebimento da ordem de serviço pela CONTRATADA, e a vigência contratual terá início a partir da data da assinatura do contrato e terminará 60 (sessenta) dias após o término do prazo de execução.

Parágrafo único. Os prazos de execução e vigência contratual poderão ser prorrogados, nas hipóteses legais, desde que devidamente justificado pelo Contratante.

CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO, CONDIÇÕES DE PAGAMENTO, REAVALIAÇÃO DE PREÇOS E ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

Pela realização dos serviços, objeto deste contrato, a **Contratante** pagará à **Contratada** o valor global de **R\$XXXXXXX (XXXXXXX)**, conforme cronograma de desembolso previsto no termo de referência.

§ 1º. Poderá haver revisão dos valores ajustados inicialmente, todavia, tal evento, fica condicionado à **Contratante** ou **Contratada**, apresentar subsídios que comprovem a perda do equilíbrio econômico-financeiro, conforme preceitua o Artigo 124, Inciso I, Letra “d” da Lei Federal Nº 14.133/21.

§ 2º. Havendo atraso na efetivação do pagamento, será atualizado através do índice da poupança relacionada com o período em atraso.

Parágrafo Primeiro: os valores realizados mediante recolhimento das taxas de inscrições que os candidatos farão será exclusivamente da Contratante.

Parágrafo Segundo: A Prefeitura de Autazes reverterá 1,5% (um virgula cinco por cento) do valor total do pagamento, realizado pelo Município de Autazes, relativo à aquisição de bens, à prestação de serviços de qualquer natureza, locação e ocupação de imóveis pessoa física e jurídica ou à realização de obras, salvo algumas exceções de não incidência, vide artigo 5º e incisos da Lei, ao PROMAPEN (Programa Municipal de Apoio aos Pequenos Negócios – PROMAPEN, denominado Banco Autazes Empreendedor), em consonância ao art. 4º, I, da Lei nº 259/2023, de 04 de Outubro de 2023.

CLÁUSULA SEXTA – DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

Os tributos e demais incidências fiscais e previdenciárias, assim como as obrigações trabalhistas decorrentes deste contrato e de recursos humanos utilizados à sua execução, serão de responsabilidade exclusiva do CONTRATANTE, na hipótese de recursos humanos a ele vinculados, e de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA, na hipótese de recursos humanos a ela vinculados.

CLÁUSULA SETIMA – DAS ALTERAÇÕES

Quaisquer alterações dos termos e condições do presente Contrato deverão ser tratadas em Termos Aditivos específicos, que dele farão parte integrante para todos os efeitos e direitos.

CLÁUSULA OITAVA – DO SIGILO

As partes se comprometem a manter confidencialidade absoluta e irrestrita sobre qualquer tipo de informação relativa ao conteúdo das provas, a equipamentos e procedimentos de segurança e outros instrumentos que venham a ser utilizados para preservar o sigilo e a segurança no decorrer da execução do objeto deste contrato.

CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES NA VIGÊNCIA DO CONTRATO

O atraso injustificado na execução do objeto contratado implica no pagamento de multa de 1% (um por cento) por dia de atraso, calculada sobre o valor correspondente ao Contrato, isentando, em consequência, o CONTRATANTE de quaisquer acréscimos, sob qualquer título, relativos ao período em atraso.

§1º. A partir do vigésimo primeiro dia de atraso na execução **será considerada a inexecução total do objeto.**

§2º. Havendo atraso de pagamento, pagará o CONTRATANTE à CONTRATADA multa correspondente a 0,1% (um décimo por cento) por dia de atraso, limitada a 10% (dez por cento) do valor em atraso.

§3º. A inexecução total em desacordo com o presente Contrato implica no pagamento de multa de 10% (dez por cento) calculada **sobre o valor total do contrato.**

§4º. A recusa injustificada da CONTRATADA em aceitar a ordem de serviço, para efeitos de aplicação de multa equivale à inexecução total da sua obrigação.

§5º. A aplicação de multa, a ser determinada pelo CONTRATANTE, após regular procedimento que garanta a prévia defesa da CONTRATADA, não exclui a possibilidade de aplicação da sanção prevista no artigo 155 da Lei Federal Nº 14.133/21.

§ 6º. Na hipótese de revogação total ou parcial dos Editais, constantes do parágrafo segundo da Cláusula Primeira, pelo CONTRATANTE, ou suspensão do Concurso Público, fica o CONTRATANTE obrigado a ressarcir as despesas, diretas e indiretas, já realizadas pela CONTRATADA, mediante comprovação contábil e Termo Aditivo a este instrumento.

§ 7º. Na hipótese de anulação total ou parcial dos Editais constantes do parágrafo segundo da Cláusula Primeira, deste Contrato, ou de fase específica deste Concurso Público, decorrente de demanda judicial ou qualquer outro tipo de medida ou ação, desde que não imputáveis à CONTRATADA, as despesas já efetuadas pela CONTRATADA, em razão do objeto do presente contrato, serão suportadas pela CONTRATANTE, mediante comprovação contábil e Termo Aditivo a este instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS DIREITOS DE RESCISÃO

A CONTRATADA reconhece expressamente os direitos do CONTRATANTE para a hipótese de rescisão administrativa do Contrato, no caso de transgressão a algum dos itens previstos nos artigos do CAPÍTULO VIII da Lei Nº 14.133/21, e posteriores alterações, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas nas hipóteses elencadas neste Instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA OBRIGAÇÃO DA CONTRATADA
(COMPATIBILIDADE, HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO)

Assume a CONTRATADA, a responsabilidade de se manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Processo de Licitação n.º/2024 – Pregão n.º/2024.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

Elegem as partes, de comum acordo, o Foro da Comarca de Autazes, Estado do Amazonas, como único competente, para nele serem dirimidas as dúvidas e questões oriundas do presente contrato.

E, por estarem justos e acertados, firmam o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor, na presença de duas testemunhas.

Autazes/AM, de XXXX de 2024.

ANDRESON ADRIANO OLIVEIRA CAVALCANTE
Prefeito Municipal
Contratante

Contratada

Testemunhas:

.....
CPF n.º

.....
CPF n.º

ANEXO VI

DEMANDA DE CARGOS - CONCURSO PÚBLICO

CARGOS POR GRUPO OPERACIONAL EXCETO EDUCAÇÃO

CARGOS	TOTAL DE VAGAS	VAGAS CONCORRÊNCIA GERAL	VAGAS PCD	CARGA HORÁRIA	VENCIMENTO R\$
NÍVEL FUNDAMENTAL INCOMPLETO					
Abatedor de Gado	8	7	1	40H	1.412,00
Auxiliar de Almoxarifado	8	7	1	40H	1.412,00
Auxiliar de Serviços Gerais	238	191	47	40H	1.412,00
Auxiliar Mecânico	2	2	0	40H	1.412,00
Copeiro	4	4	0	40H	1.412,00
Coveiro	4	4	0	40H	1.412,00
Cozinheiro	5	4	1	40H	1.412,00
Lavadeira	3	3	0	40H	1.412,00
Office Boy	5	4	1	40H	1.412,00
Operador de Máquinas Agrícolas	10	8	2	40H	1.412,00
Parteira	4	4	0	40H	2.375,00
Vigia	150	120	30	40H	1.412,00
NÍVEL MÉDIO					
Agente Administrativo	20	16	4	40H	1.412,00
Agente Comunitário de Saúde - Rural	79	64	15	40H	2.824,00
Agente Comunitário de Saúde - Urbano	47	38	9	40H	2.824,00
Agente de Combate a Endemias	7	6	1	40H	2.824,00
Agente de Trânsito	10	8	2	40H	1.412,00

Agente de Zoonose	5	4	1	40H	1.412,00
Agente Vigilância Epidemiológica	10	8	2	40H	1.412,00
Artífice	2	2	0	40H	1.412,00
Assistente de Contabilidade	2	2	0	40H	1.997,11
Atendente de Farmácia	5	4	1	40H	1.412,00
Auxiliar de Hematologia	2	2	0	40H	1.412,00
Auxiliar de Patologia Clínica	2	2	0	40H	1.412,00
Auxiliar em Saúde Bucal	7	6	1	40H	1.997,11
Carpinteiro	3	3	0	40H	1.412,00
Cuidador de Idoso	2	2	0	40H	1.412,00
Digitador	53	43	10	40H	1.412,00
Eletricista	3	3	0	40H	1.412,00
Fiscal Ambiental	2	2	0	40H	1.997,11
Fiscal de Tributos	1	1	0	40H	1.997,11
Fiscal Sanitário	5	4	1	40H	1.997,11
Guarda Civil Municipal	30	24	6	40H	1.412,00
Maqueiro	3	3	0	40H	1.412,00
Mecânico	3	3	0	40H	1.997,11
Microscopista Urbano	2	2	0	40H	1.412,00
Microscopista Rural	7	6	1	40H	1.412,00
Motorista de Autos	48	39	9	40H	1.997,11
Motorista Fluvial	6	5	1	40H	1.412,00
Operador de Máquinas Pesada	6	5	1	40H	1.997,11
Pedreiro	2	2	0	40H	1.412,00
Pintor	2	2	0	40H	1.412,00
NÍVEL TÉCNICO					
Analista de Suporte de Tecnologia da Informação	2	2	0	40H	1.997,11
Operador de Processamento de Dados	10	8	2	40H	1.997,11
Técnico Agrícola	4	4	0	40H	1.997,11
Técnico de Contabilidade	4	4	0	40H	1.997,11
Técnico de Enfermagem	106	85	21	40H	1.997,11
Técnico de Informática	3	3	0	40H	1.997,11
Técnico em Agrimensura	2	2	0	40H	1.997,11
Técnico em Agropecuária	5	4	1	40H	1.997,11
Técnico em Edificação	2	2	0	40H	1.997,11
Técnico em Hemoterapia	3	3	0	40H	1.997,11
Técnico em Meio Ambiente	4	4	0	40H	1.997,11
Técnico em Mineração	1	1	0	40H	1.997,11
Técnico em Ortopedia	4	4	0	40H	1.997,11
Técnico em Patologia Clínica	7	6	1	40H	1.997,11

Técnico em Radiologia	5	4	1	24H	1.997,11
Técnico em Recurso Pesqueiro	2	2	0	40H	1.997,11
Técnico em Saúde Bucal	13	11	2	40H	1.997,11
Técnico em Segurança do Trabalho	1	1	0	40H	1.997,11
Terapeuta Ocupacional	1	1	0	40H	1.997,11

NIVEL SUPERIOR					
Arquivista	1	1	0	40H	5.049,59
Assistente Social	15	12	3	30H	5.049,59
Biólogo	1	1	0	40H	5.049,59
Biomédico	2	2	0	40H	5.049,59
Contador	1	1	0	40H	5.049,59
Educador Físico	2	2	0	40H	5.049,59
Enfermeiro	60	48	12	40H	5.049,59
Engenheiro Agrônomo	2	2	0	40H	5.049,59
Engenheiro Ambiental	2	2	0	40H	5.049,59
Engenheiro Civil	2	2	0	40H	5.049,59
Engenheiro de Pesca	1	1	0	40H	5.049,59
Engenheiro Florestal	2	2	0	40H	5.049,59
Engenheiro Sanitário	1	1	0	40H	5.049,59
Farmacêutico Bioquímico	6	5	1	40H	5.049,59
Fisioterapeuta	6	5	1	30H	5.049,59
Fonoaudiólogo	2	2	0	40H	5.049,59
Médico Veterinário	4	4	0	40H	5.049,59
Nutricionista	6	5	1	40H	5.049,59
Odontólogo	13	11	2	40H	5.049,59

CARGOS MAGISTÉRIO

CARGO	TOTAL DE VAGAS	VAGAS CONCORRÊNCIA GERAL	VAGAS PCD	CARGA HORÁRIA	VENCIMENTO R\$
Professor I - Urbano - Primeiras Séries do Ensino Fundamental	20	16	4	20H	2.359,00
Professor I - Urbano - Educação Infantil	20	16	4	20H	2.359,00
Professor I - Urbano - Educação Especial	10	8	2	20H	2.359,00
Professor I - Rural - Primeiras Séries do Ensino Fundamental	38	31	7	20H	2.359,00
Professor I - Rural - Educação Infantil	45	36	9	20H	2.359,00
Professor I - Rural - Educação Especial	30	24	6	20H	2.359,00
Professor I - Rural - Matemática	20	16	4	20H	2.359,00

Professor I - Rural - Língua Portuguesa	23	19	4	20H	2.359,00
Professor I - Rural - Geografia	13	11	2	20H	2.359,00
Professor I - Rural - História	12	10	2	20H	2.359,00
Professor I - Rural - Ciências Naturais e Biológicas	13	11	2	20H	2.359,00
Professor I - Rural - Língua Inglesa	8	7	1	20H	2.359,00
Professor I - Rural - Artes	5	4	1	20H	2.359,00
Professor I - Rural - Educação Física	14	12	2	20H	2.359,00
Professor I - Indígena - Primeiras Séries do Ensino Fundamental	20	16	4	20H	2.359,00
Professor I - Indígena- Educação Infantil	10	8	2	20H	2.359,00
Professor I - Indígena - Educação Especial	10	8	2	20H	2.359,00
Professor I - Indígena - Matemática	6	5	1	20H	2.359,00
Professor I Indígena- Língua Portuguesa	6	5	1	20H	2.359,00
Professor I- Indígena- Geografia	2	2	0	20H	2.359,00
Professor I - Indígena - História	3	3	0	20H	2.359,00
Professor I - Indígena - Ciências Naturais e Biológicas	3	3	0	20H	2.359,00
Professor I - Indígena - Língua Inglesa	3	3	0	20H	2.359,00
Professor I - Indígena - Artes	2	2	0	20H	2.359,00
Professor I - Indígena - Educação Física	3	3	0	20H	2.359,00

DEMAIS CARGOS DA EDUCAÇÃO

CARGO	TOTAL DE VAGAS	VAGAS CONCORRÊNCIA GERAL	VAGAS PCD	CARGA HORÁRIA	VENCIMENTO R\$
Auxiliar de Serviços Gerais Rural	144	116	28	40H	1.412,00
Auxiliar de Serviços Gerais Urbano	20	16	4	40H	1.412,00
Manipulador de Alimentos Rural	62	50	12	40H	1.412,00
Manipulador de Alimentos Urbano	8	7	1	40H	1.412,00
Vigia Rural	127	102	25	40H	1.412,00
Agente Administrativo Rural	35	28	7	40H	1.412,00
Agente Administrativo Urbano	6	5	1	40H	1.412,00
Assistente Social Urbano	3	3	0	30H	5.049,59
Nutricionista Urbano	4	4	0	30H	5.049,59
Pedagogo Rural	14	15	1	30H	5.049,59
Pedagogo Urbano	9	8	1	30H	5.049,59
Psicólogo Urbano	3	3	0	30H	5.049,59

